

Legislativo da Capital inicia amanhã o recesso parlamentar

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

No final de julho, todos os níveis do Poder Legislativo realizam uma pausa na pauta de votações. Na Câmara Municipal de Porto Alegre, o recesso acontece a partir de amanhã, com retorno previsto para a primeira semana de agosto.

Na virada de semestre, o ritmo das votações e da tramitação dos projetos deve ser reduzido,

principalmente devido às eleições municipais.

Em março deste ano foi aprovado o fim das sessões híbridas a partir do mês de agosto. Assim, não será possível que parlamentares votem ou se manifestem de forma remota, exceto em casos de calamidade pública. Os compromissos de campanha devem esvaziar as sessões plenárias de votação.

PUBLICIDADE LEGAL

Prefeitura Municipal de Jaquirana

PREGAO ELETRÔNICO Nº 006/2024

Objeto: Registro de preços unitários p/ fornecimento de material de borracharia para secretarias município DE JAQUIRANA – RS. A data de recebimentos das propostas será a partir das 09h do dia 16/07/2024, findando-se às 08h50min. do dia 29/07/2024. A abertura será no dia 29/07/2024, às 09 horas. Edital e outras informações poderão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à Rua Inácio Rodrigues, n.º 451, ou pelos fones (54) 3253-1100, (54) 99705-2516, das 8h às 12h e das 13h30min. às 17h30 min., ou pelo e-mail: licitacao@jaquiranaonline.com.br. Jaquirana/RS, 15 de julho de 2024.

Marcos Finger Pires, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jaquirana

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024

Objeto: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de borracharia da frota de veículos municipal. Os envelopes contendo a documentação e propostas deverão ser recebidos às 08:00 horas, a partir do dia 19 de julho de 2024, no Setor de Compras e Licitações municipal. O Edital e outras informações poderão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à Rua Inácio Rodrigues, n.º 451, ou pelos fones (54) 3253-1100 ou (54) 99705-2516, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30 min., pelo e-mail: licitacao@jaquiranaonline.com.br ou pelo site: https://www.jaquirana.rs.gov.br. Jaquirana/RS, 15 de julho de 2024. Marcos Finger Pires, Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Tupandi

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

Registro de Preços. Objeto: Aquisição de tubos de concreto e galerias celulares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Viação, conforme descrição nos anexos do Edital. Abertura dia 29/07/2024, às 09h00min, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível no Site: www.tupandi.rs.gov.br. Informações complementares pelo telefone (51) 3635-8040. Bruno Junges, Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Bom Princípio

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N. 010/2024

O Prefeito Municipal torna público que no dia 01/08/2024, às 9h, serão recebidos envelopes da proposta e documentação da CONCORRÊNCIA PRESENCIAL, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de Manutenção Viária, contemplando capeamento asfáltico, capeamento asfáltico e reconstrução/recuperação de base e sub-base. Edital e informações junto à Comissão de Licitações na Prefeitura Municipal, por meio do e-mail compras@bomprincípio.rs.gov.br ou do site www.bomprincípio.rs.gov.br. Bom Princípio, 15/07/2024. FÁBIO PERSCH, Prefeito Municipal

RDA HOLDING - NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ 16 529 340/0001-44 NIRE 43600010312 - REUNIÃO DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO: Nos termos da Cláusula 10ª do Contrato Social vigente, ficam os Senhores sócios convocados para em reunião a se realizar no dia 24 de julho de 2024, às 08:30h, na Rua Domingos Martins, 261, Cj.101 – Bairro Centro - Canoas – RS, CEP: 92010-170, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA: a) Aumentar o Capital Social da Sociedade de R\$ 4.210.000,00 para R\$ 5.893.461,00– b) Consolidar o Contrato Social. Porto Alegre, 11 de julho de 2024. Rene Dall'Agnol - Marli Kaspary Dall'Agnol-Administradores

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ

Pregão Eletrônico nº 38/2024. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Gêneros alimentícios. Data de abertura dia 05/08/2024 às 09:00 horas através do site www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis em www.capaodocipo.rs.gov.br.

Adair Fracaro Cardoso - Prefeito Capão do Cipó

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM

EXTRATO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA

O Prefeito de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul, torna público aos interessados que fará licitação, modalidade Concorrência Presencial nº. 006/2024, do tipo menor preço, para contratação de empresa para reforma do ginásio municipal de esportes, conforme descrição detalhada no edital, com abertura dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, pela Comissão de Licitação, no dia 31 de julho de 2024, às 08 horas e 30 minutos, na sala de reuniões da Prefeitura, localizada no Centro Administrativo, Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves n.º 30. O inteiro teor do edital encontra-se afixado no Painel de Publicação de Atos Oficiais do Município. Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário de expediente, no Setor de Licitações ou pelos telefones (054) 3373-1206/3373-1224, Ramal 238. SÃO VALENTIM, 15 DE JULHO DE 2024. CLAUDIMIR PANIZ - Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE CAXIAS DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ÀSSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE CAXIAS DO SUL, inscrito no CNPJ sob nº 88.661.681/0001-80, Código Sindical: 000.016.177.88876-4 com sede na rua Pinheiro Machado nº 2157, bairro Centro, em Caxias do Sul-RS, na representação dos trabalhadores nas indústrias de cervejas e bebidas, do vinho, de águas minerais, refrigerantes, sucos e concentrados, de balas e chocolates, mandolates, doces e conservas alimentícias, indústrias de beneficiamento de fumo, indústrias de cigarros e charutos, imunização e tratamento de frutas, legumes, refinação e moagem de sal, óleos vegetais, azeite óleos alimentícios, nas indústrias de trigo, milho, soja, mandioca, aveia, tremoço, painço, cevada, colza, beterraba, girassol, de rações balanceadas, engenho de arroz e seus beneficiamentos, indústria de produtos avícolas, de panificação, confeitaria, pastelaria, massas, alimentícias, biscoitos, torrefação beneficiamento e moagem de café, café solúvel, beneficiamento de erva mate, de cana de açúcar e seus derivados, de carnes e derivados, de laticínios e produtos derivados, de temperos, condimentos, corantes e conservantes alimentares, de mel, de adoçantes, congelados, supercongelados, sorvetes, concentrados, gelo e liofilizados, de beneficiamento e secagem de grãos, de alimentação, bem como os trabalhadores das empresas da alimentação no setor de produção de matéria prima para a industrialização de alimentos (artigo 1º do Estatuto Social), por seu presidente, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias, sediadas na base territorial do Sindicato, nos municípios de Antônio Prado, Boa vista do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, São Marcos, Veranópolis e Vila Flores. Convoça os associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, dia 19 de julho de 2024 em primeira convocação às 17 (dezessete) horas e em segunda e última convocação às 18 (dezoito) horas, tendo de pór local o auditório do Sindicato, localizado na Rua Pinheiro Machado, nº 2157, bairro Centro, em Caxias do Sul/RS; afim de deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 - Deliberar sobre a venda do veículo de propriedade do Sindicato: Placa IZB5C34-Renavan 01179255620-Marca Modelo CHEVROLET / ONIX 1.4AT LTZ Cor Branca, ano 2018.
2-Em caso de aprovação, conceder poderes para diretoria executiva fazer a transferência da documentação necessário.

Caxias do Sul 16 de julho de 2.024
Irllei Correia - Presidente.

Definição sobre isenção de IPTU na Capital não avança

Votação deverá ser realizada no retorno das atividades legislativas

/ TRIBUTOS

Ana Carolina Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

Após veto parcial do prefeito de Porto Alegre Sebastião Melo (MDB) ao texto do projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal que ampliava a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) até 2026, as decisões sobre a remissão não avançaram. A manutenção ou derrubada do veto seria votada ontem, na última sessão antes do início do recesso legislativo. Entretanto, durante a apreciação da matéria, o quórum foi derrubado, adiando a votação para agosto.

De acordo com o líder do governo, Idenir Cecchim (MDB), a emenda que havia sido aprovada originalmente e que ampliava o prazo de remissão do IPTU é inconstitucional. Principalmente por legislar sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que, de acordo com o parlamentar, não compete à Câmara.

Além disso, outro problema apresentado pelo emedebista foi de que delegaria uma responsabilidade à próxima gestão, que será eleita em outubro deste ano e iniciará o mandato em janeiro de 2025.

Durante a defesa da manutenção do veto, Cecchim citou ainda um outro projeto encaminhado na segunda-feira anterior pelo Executivo e que prevê a remissão apenas até o final de 2024, sem extrapolar o atual mandato de Melo. Segundo o líder governista, com a manutenção do veto e a aprovação da nova proposta, mais pessoas poderiam ser beneficiadas.

Um grupo de empresários afetados pelas enchentes da região do 4º Distrito que estão acompanhavam a sessão reagiram negativamente às falas de Cecchim, iniciando uma discussão.

“Tem vereadores que gostam de vender ilusão. Eu não vendo ilusão. E não me impressiono com essa pressão. Nós vamos manter o veto para poder aprovar um projeto que possa ser viável”, respondeu o parlamentar às críticas.



EDERSON NUNES/CMPA/DIVULGAÇÃO/JC

Empresários discordaram do argumento do governo para vetar projeto

“Você é empresário como eu e você sabe a dor desses empresários”, retrucou a vereadora Mari Pimentel (Republicanos) ao líder do governo. A ela, se somaram parlamentares de diferentes vertentes políticas.

Foi o caso do vereador Alex Fraga (PSOL), cujo pronunciamento considerou que desde o início do projeto foi demonstrada uma “falta de diálogo” do governo com os parlamentares. O vereador Jonas Reis (PT) enfatizou que votaria pela derrubada do veto “em defesa do povo trabalhador”.

Ramiro Rosário (Novo), um dos proponentes da emenda que ampliava o prazo de remissão do IPTU, defendeu que a proposta era, sim, constitucional. De acordo com ele, o projeto previa a remissão do ISSQN apenas para trabalhadores autônomos e não de toda a população, sobre o qual a casa poderia legislar. “Dizer que é inconstitucional me parece uma má leitura da legislação”, complementou o colega de bancada Tiago Albrecht (Novo).

Encerrada a discussão, foi iniciada a votação a partir de um trecho destacado pelo vereador Cláudio Janta (Solidariedade) e que tratava especificamente sobre os taxistas.

Nesse momento, Cecchim tentou retirar o projeto de votação, colocando-o na pauta apenas no retorno do recesso. Entretanto, como já estava sendo apreciado, não foi possível fazê-lo.

Com isso, o líder do governo buscou a derrubada do quórum.

Para a derrubada do veto, era necessário que dois terços dos parlamentares votassem contrários a ele. Entretanto, durante a apreciação, apenas 13 expressaram seu posicionamento no painel. Sete para a rejeição e seis para a manutenção.

Assim, tanto o veto quanto o novo projeto do Executivo sobre o IPTU serão votados apenas no retorno do recesso, que acontecerá em 5 de agosto.

A ordem do dia foi encerrada devido à queda do quórum e gerou críticas dos parlamentares. Houve uma iniciativa de realizar uma sessão extraordinária para manter a votação, mas não foi possível obter acordo da liderança do governo para isso. Assim, foi acordada a realização de uma nova sessão, mas apreciando apenas os demais projetos previstos para a ordem do dia.

Durante a apreciação do veto, foi possível identificar a falta de unidade da base do governo Melo. A vereadora Mônica Leal (PP) chegou a votar contrariamente à manutenção do veto, acompanhando a oposição, os vereadores do partido Novo e a vereadora Mari Pimentel (Republicanos).

Segundo Mônica, o líder do governo estava a pressionando para votar pela manutenção do veto, tendo ameaçado votar contrariamente a um projeto de autoria da vereadora e que estava previsto na ordem do dia.

A base aliada do governo já havia rachado anteriormente durante a votação do projeto que recebeu veto parcial.